

Ata Sucinta da (19^a) décima nona Sessão Ordinária do (3^o) terceiro período da (3^a) Terceira Sessão Legislativa da (18^a) Décima Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Mutum. As quatorze horas e quinze minutos do dia quatro de dezembro do ano dois mil e dezenove, reuniu-se no Plenário Joaquim Teixeira Pinto da Câmara Municipal, sito a Rua Dom Cavati, 391, em Mutum Minas Gerais, presidida pela Mesa Diretora: Presidente Vereador Washington Torres Hubner de Medeiros, Vice Presidente Vereadora Malvina Quintão de Oliveira e Secretário Vereador Reinaldo Luiz da Silva. De acordo com o Livro de Presenças compareceram os Vereadores: Adir Fidelis de Oliveira, Carlos Henrique de Freitas Clemente, Dary Piloto Coelho, Eliezer Vieira Machado Filho, Juarez Calixto da Silva, Nélia Eterna de Oliveira, Paulo Antonio Alves e Tarciso Correa de Oliveira. Comprovada a presença dos (11) onze Vereadores no ato da chamada o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão sob a proteção de Deus, convidou a todos a se colocarem de pé, para ouvir a palavra de Deus, Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo treze, versículos um e dois, proclamados pelo Vereador Carlos Henrique de Freitas Clemente. Em seguida solicitou leitura da ata da sessão anterior, que foi discutida e aprovada sem ressalvas. O Senhor Presidente acolheu os ouvintes da Cultura FM e presentes de diversos segmentos do município, entre eles destacou a presença do Prefeito João Batista Marçal, Secretária da Educação Senhora Sandra Guter com representantes do professorado municipal, Senhor Michel de Almeida Lucas Coordenador de Vigilância em Saúde e representatividade da FUNASA, Senhora Lizete Serrano dos Santos de Belo Horizonte, Senhora Maria Estela Cardoso Oliveira, de Guarapari/ES. O Vereador Eliezer Vieira Machado Filho solicitou a palavra no momento oportuno, solicitação aceita. Passou a leitura dos Pareceres da Comissão em Conjunto como seguem. Parecer nº 17/2019, opinando pela aprovação do Projeto de lei nº 30, de 30 de outubro de 2019, foi Relator Vereador Tarciso Correa de Oliveira. Parecer nº 18/2019, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 21 de novembro de 2019, foi Relator Ver. Juarez Calixto e Parecer nº 19/2019, opinando pela aprovação do Projeto de lei nº 34, de 21 de Novembro de 2019, foi Relator Vereador Dary Piloto Coelho. Passou a Primeira apresentação do Projeto de Lei nº 38, de 29 de Novembro de 2019 que “Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar e dá outras providências” autoria do Executivo Municipal em regime de urgência, encaminhado para análise das

Comissões Permanentes. Primeira apresentação do Projeto de Lei nº 39, de 29 de Novembro de 2019 que “Dispõe sobre denominação do Parque Infantil situado na Praça Raul Soares no Município de Mutum – MG e dá outras providências” autoria do Executivo Municipal em regime de urgência. Após apresentação o Vereador Juarez Calixto da Silva, solicitou à Presidência desta Casa, consultar o Plenário em sua soberania a viabilidade de dispensar o parecer e votar nesta sessão, por ser de grande valia, considerou ainda a presença da Senhora Lizete, que ao longo dos anos vem defendendo esta denominação. Imediatamente o Presidente Washington consultou o Plenário, todos manifestaram favoráveis. O mesmo retomaria no momento oportuno. Informou o Senhor Presidente que havia dois inscritos regimentalmente, consultou a Soberania do Plenário a possibilidade de acrescentar a Senhora Lizete Serrano dos Santos com o assunto defesa do Projeto de Lei nº 39, de 29 de novembro de 2019. Todos manifestaram favoráveis. Usou a tribuna a Senhora Lizete com o assunto ora pautado, a mesma manifestou sua alegria com a oportunidade, manifestou por várias vezes seu agradecimento com o Prefeito João Batista e Vereador Juarez Calixto pelas atenções às suas solicitações que seriam denominar o Parquinho da Praça Raul Soares em homenagem a Senhora Maria Helena Teixeira de Siqueira pelas suas qualificações e seus feitos nesta cidade, externou sua alegria pela aceitação à sua solicitação. Nas considerações finais o Presidente Washington agradeceu a presença de Senhora Lizete em seguida a mesma agradeceu a oportunidade e o empenho desta Casa Legislativa. Passou a palavra para o Orador inscrito Senhor Michel Almeida Lucas Coordenador de Vigilância e Saúde, para expor o assunto “Esclarecimentos sobre Vigilância Ambiental”. O mesmo explanou minuciosamente escassez da Vacina antiveneno, pelo Governo Federal. A distribuição foi reduzida de forma que não atende a demanda dos municípios. Pediu aos Nobres Vereadores que fossem portadores da notícia com o intuito de que as pessoas se cuidassem sobretudo na zona cafeeira. Explanou sobre a leishmaniose e de seu avanço nos setores de Imbiruçu, Humaitá e Roseiral, teriam feito estudo no local para descobrir as causas, segundo informações seriam de animais silvestres, graças ao trabalho da equipe o problema estaria controlado. Informou ainda que devido o grande número de pessoas afetadas, o tratamento seria longo, estaria sendo feito nas UBS. Por mais uma vez solicitou aos Nobres Vereadores que informassem a atual situação para se cuidarem. Informou

também que o problema da vacina é nacional e não municipal. A Vereadora Nelia Eterna manifestou aplausiva com o Senhor Michel pelas explicações e reafirmou os perigos com as cobras na zona cafeeira. Vereador Reinaldo manifestou agradecido com as explicações e disse que em Ocidente precisa ser olhado com mais carinho, senão os bichos vão entrar nas casas. Nas Considerações finais o Prefeito João Batista solicitou que Michel mencionasse quais seriam os bichos peçonhentos. Respondeu que seriam a cobra, aranha e escorpião. Em seguida agradeceu a oportunidade. O Presidente Washington disse que as explicações teriam sido de grande valia para a população, agradeceu-o pela presença e trabalho desenvolvido. E por fim passou a palavra para o Prefeito João Batista Marçal Teixeira que se inscreveu regimentalmente com o assunto “Esclarecimentos sobre denúncia”. Iniciou sua fala saudando os presentes, e ouvintes da Radio Cultura FM, internautas. Agradeceu a presença de Lizete, quem ele conheceu por meio de um grande amigo, Euzeu Teixeira, manifestou o desejo de homenagear Dona Maria Helena, motivo pelo qual apresentou o Projeto de Lei, agradeceu os Vereadores pela dispensa de parecer. Manifestou sobre a situação da escassez do soro antiveneno, não seria problema da Secretaria Municipal da Saúde, falou das dificuldades quando uma pessoa precisa do soro. Deixou sua indignação com atual situação. Expôs o assunto, teria vindo a esta Casa para esclarecer os fatos. Iniciou sua fala expondo os problemas encontrados no decorrer de sua administração. Disse que em 2013 foram feitas várias denúncias contra a sua pessoa nesta Casa, ele tinha tranqüilidade e convicção de que um dia estas denúncias chegariam ao Ministério Público. Sempre acreditou na Justiça Divina e naquilo que faz, acreditava ainda que esta denúncia seria arquivada pelo Ministério Público, porque eram infundadas. Não disse que não existia fatos relacionados a denúncia. Seria inadmissível acusar sua pessoa de ladrão, de desviar dinheiro público pra fins pessoais ou para terceiros. Informou que estaria usando a tribuna desta Casa com tranqüilidade, para informar aos que acompanhava pela redes sociais, pela radio Cultura FM e para sua filha de quinze anos que estava presente, que se sente envergonhada quando nas redes sociais as pessoas falam que ele entrou na prefeitura para roubar ou desviar dinheiro. Diante os fatos disse que veio nesta Casa lavar sua alma e a público disse para sua filha, que ela poderia continuar acreditando nele. Ele poderia errar, mas não seria pilantra a ponto de pegar dinheiro da prefeitura. Continuou prestando

esclarecimentos, porque a denuncia havia lhe ferido, ferido sua família, viria nesta Casa outras vezes para lavar a sua alma, porque quer sair da Prefeitura de cabeça erguida. E no dia que ele denunciar alguém, ele vai apresentar provas. As denúncias maldosas, falsas, covardes, com interesses eleitoreiros ou político é bem natural no país, ainda mais no tempo do fake news. Com a consciência tranqüila fez leitura do Ofício na íntegra de todo o processo, conforme ofício nº1658/2019 do Procurador de Justiça Senhor Cristóvam Joaquim F. Ramos – Procedimento Criminal nº MPMG.0024.18010274-1 – Comarca de Mutum – Investigado João Batista Marçal Teixeira-Prefeito Municipal de Mutum-MG. Após leitura o Prefeito João Batista informou que havia recebido um áudio, onde um Vereador desta Casa, afirmando para uma pessoa que no Ministério Público de Belo Horizonte teria feito compro, para que a denuncia fosse arquivada. Menciona também o nome do Deputado Durval Ângelo, que é Conselheiro do Tribunal de Contas da União, o mesmo já está ciente do áudio. A denúncia tramitou no Ministério Público nada a ver com o Tribunal de Contas. Advertiu que as comparações seriam perigosas. Não veio a esta Casa desafiar ninguém, porque respeita os Vereadores, que tem a função de fiscalizar e legislar, as denúncias devem ser fundamentadas. Mencionou da denúncia feita recentemente que a Prefeitura estaria patrolando um local particular, inclusive com áudio circulando nas redes sociais. Quando estavam limpando um terreno público para construção do viveiro público, em parceria com a empresa SK. Manifestou preocupado porque estas situações estão denegrindo a imagem do Poder Legislativo, poder este, que representa o povo, precisa ser respeitado. Disse ainda que respondera todas as denuncias com coerência, com respaldo, porque tem respeito pelo Ministério Público e carinho pelas instituições. Não entrou na Prefeitura para denegrir a imagem de ninguém, não tem nepotismo, encerrará seu mandato de cabeça erguida, tudo passa, é consciente de que deu a sua contribuição como Prefeito. O Presidente Washington passou a palavra para os Vereadores. Vereador Paulo Antonio Alves disse para o Prefeito João Batista Marçal que a denúncia teria sido arquivada, mas, a qualquer momento ela poderia ser desarquivada, o prazo seria até dois mil e vinte e seis. Teria ficado dúvida, de que o Procurador que arquivou a denúncia, não teria sido o mesmo que a recebeu, ele teria dúvidas a respeito. Disse que havia conversado várias coisas com o Procurador que recebeu denuncia que não foi mencionado. Quem procedeu com o arquivamento

não teria sido o mesmo que o ouviu. Continuou dizendo que iria relatar alguns pontos da denúncia para o povo entender melhor. Teria sido concluído pela sindicância administrativa que o responsável pelos abastecimentos irregulares seria o Secretário de Obras Públicas e Transportes que culminou por ser exonerado, que confessou a prática das ilicitudes. Os membros da sindicância eram todos funcionários da Prefeitura, inclusive um deles participou em outra denúncia junto com o Prefeito acusado pelo Ministério Público de desvio de dinheiro público. Afirmava que era três caminhões pipa, um caminhão da Prefeitura, na ocasião parado na oficina e emitindo nota de abastecimento e manutenção na placa. No segundo caminhão, trabalhava porém sem contrato e o terceiro caminhão pipa da AMOC que nunca viu trabalhando para a Prefeitura, recebia oito mil reais por mês, depois que ele fez a denúncia na Câmara, o caminhão que trabalhava sem contrato, parou de trabalhar. Continuou falando que o Secretário que foi exonerado em pouco tempo, foi contratado em outra função, fizeram apenas um teatro. O Prefeito justificou na denúncia, ter assinado documentos sem o devido conhecimento. Seriam assinaturas dadas sem ciência total do que estaria assinando. Dolosamente assinou alguns empenhos de abastecimentos de veículos parados, com intuito de lesar os cofres públicos e desviar dinheiro público em benefícios de terceiros, e até o Secretário exonerado absolveu o Prefeito de uma possível empreitada criminosa. Abriu um parêntese, o Prefeito não sabia de nada, o Secretário fez tudo sozinho. Continuou dizendo para o povo ficar sabendo, que uma das denúncias que foi aceita, por desvio de dinheiro público, os três denunciados estão com nove advogados de defesa. Entregou a situação para Deus, não desanimará, porque sabe que a justiça de Deus não falha, continuaria fazendo sua parte como fiscal do povo. Se a justiça dos homens não fizer sua parte, ele está fazendo a sua. Na sequência o Prefeito João Batista disse para o Vereador Paulo com relação aos Procuradores citados, ele deveria questionar ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, já teve muitas oportunidades. Com relação aos nove advogados, seria inverdade, porque seria a Assessoria da Prefeitura que cuidam destas situações. Continuou dizendo que também acredita na Justiça de Deus, e na justiça dos homens. Teria muita gente boa no mundo, não se postula como a única pessoa séria. Lamentou que existissem pessoas que se acham as únicas sérias do mundo. Continuou dizendo que continua acreditando nas instituições, respeita o Legislativo, o Judiciário. O

Presidente Washington passou a palavra para o Vereador Eliezer Vieira Machado Filho, o mesmo disse para o Prefeito João Batista que o arquivamento não inocentava ninguém. O artigo 18 do Código de Processo Penal, Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal diz que com novas provas, o caso poderá ser reaberto, o fato existiu, conforme sindicância Municipal, foi apurado a prática de fato ilícito, tanto que o funcionário teria sido exonerado. Disse ainda que os ofícios n°s 1 de 21/1/2019 solicitando a relação dos funcionários com pagamentos atrasados e Crédito Suplementar, Ofício 17 de 9/8/2019 muro da Escola da Comunidade de Ciriquite e o ofício 22 de 29/08/2019 Esclarecimentos de fatos como suposta viagem ao Rio de Janeiro em 2018 no carro oficial do Gabinete, licitação de computadores da Secretaria Municipal da Saúde com supostas irregularidades, não teriam sido respondidos, desrespeitando a Lei Federal de acesso à informação. O Prefeito João Batista respondeu para o Vereador Eliezer que teria sido pertinente as observações feitas no plenário. No que se referia aos ofícios, os mesmos já teria sido protocolados por duas vezes pelo Vice Prefeito na prefeitura. Com relação ao muro da escola de Ciriquite, o material que está no local não é da prefeitura, e sim da empresa que ganhou a licitação, responsável pela construção do muro, não foi concluído porque está faltando parte da terraplanagem. Disse para os ouvintes que estavam questionando a votação da Suplementação. Explicou que suplementação seria um ato que o Executivo exerce com autorização do Legislativo, teriam autorizado. Esclareceu que a Emenda Parlamentar do Deputado Marcelo Álvaro, estaria embutida na referida suplementação de dois milhões, que foi aprovada pela Câmara Municipal. Informou ao Vereador Eliezer que os ofícios já estariam sendo respondidos para o Ministério Público, porque não existem irregularidades. Com relação ao carro do gabinete, que todo dia é questionado, esclareceu que ele é o Prefeito no Estado de Minas que menos usa o carro Executivo. Preocupam-se tanto que ele tenha ido ao Rio de Janeiro no carro executivo, mas não falam que ele sempre usa seu carro nas rotas da prefeitura. Perguntou ao Vereador Eliezer o que ele havia feito com um caminhão e uma pá carregadeira da prefeitura, quando ele foi até o SETOP e obrigou o Secretário mandar para Vargem Alegre para tirar areia, dentro do rio, numa área APP, para ser colocado em local para treinar cavalo, para seu eleitor protegido. Perguntou-o se o ato seria de interesse público e que respondesse para os ouvintes. Continuou falando que não gostava de debate

deste nível, porque as pessoas merecem ser bem tratadas. Continuou dizendo que o Vereador Eliezer havia filmado e mostrado para a sociedade inteira que a prefeitura estava fazendo serviço particular, o que foi uma inverdade. O Vereador Eliezer disse que estavam maltratando cavalo que teria sido apreendido solto na rua. Mas o Vereador maltratava os galos quando mexia com briga de galo. Esta Casa precisa combater este tipo de atitudes, aqui é lugar de pessoas que respeitam os outros, que pensam. Continuou falando, um Vereador que é capaz de quebrar a casa, filmar tudo e mostrar para sociedade, na pior das hipóteses teria que respeitar a sociedade já que não respeita os Colegas. Filmar sua casa mandando a mulher embora, quebrando as coisas, mandar para a sociedade. Deveria ter vergonha de fazer tais questionamentos, esta Casa precisa tomar posicionamento, não merecem este tipo de representante. Perguntou ao Vereador Eliezer se a prerrogativa de quebrar a casa, bater na mulher, mostrar para a sociedade que é machão, está na Lei Orgânica e Regimento Interno. Concluiu que não seria sua intenção mencionar estes fatos, só o fez devido às circunstâncias. Vereador Eliezer disse para o Prefeito João Batista que ele seria muito bom para falar, péssimo para ouvir, com relação à área APP ele teria fotos em seu celular de caminhão e patrol da prefeitura acabando com área APP, retirando areia de vários pontos. Vídeos, carros onde a pessoa que vence uma licitação prá vender areia, não está vendendo, mas, estão retirando em área APP. Continuou dizendo que salvou a casa de um morador que estava para ir embora no rio com alguns caminhões de terra, em troca o proprietário solicitou que fosse rapado o local para fazer cerca. Sendo que teria prova em seu celular que estavam retirando areia dentro do rio. Com relação aos problemas de família, todo mundo tem. O Prefeito teria que provar, ele teve atrito com a esposa, mas, não encostou um dedo nela, o que considerava uma calúnia, a fala estaria gravada e ele teria que dar conta da calúnia e difamação. Por mais uma vez disse que o Prefeito João Batista seria bom para falar e péssimo para ouvir. O Presidente Washington retomou a palavra, disse que Esta Casa precisava se pautar pela legalidade, seriedade, a discussão estaria tomando rumo desagradável. Permitiu que os dois usassem a fala sem lesar o direito deles. Solicitou que não desviassem o assunto se houvesse algo mais a acrescentar sobre o assunto pautado. Em vista de que ninguém mais se manifestou o Senhor Presidente fez suas considerações explicou minuciosamente para que todos entendessem o momento. A discussão teria sido pertinente

porque muitas vezes a denúncia foi lida e relida neste plenário. O Regimento Interno é bem claro que o Vereador pode manifestar sobre o mesmo assunto por duas vezes. Ele como Presidente nunca caçou o direito da oposição. Também permitiu que o Prefeito fizesse sua defesa, cabe a cada um ter o consenso de seu limite. O Vereador Paulo solicitou a palavra e disse que o arquivamento não teria acabado prosseguiria até 2026. O Presidente Washington se manifestou e disse para o Vereador Paulo que ele não poderia afirmar, pediu que fosse mais sensato, não expor esta Casa de leis, como vem fazendo. Continuou dizendo que tem sido tolerante com os Vereadores, com a forma de fazer política de cada um. Toda a sociedade sabe realmente quem está usando esta Casa para trabalhar para o município e quem realmente está usando a seu favor, se fazendo poderoso. Solicitou que todos fossem cautelosos, soubessem trabalhar em prol do município, sem denegrir a imagem de ninguém. Lembrou do Vereador Itamar Rocha enquanto Vereador responsável que foi, convidou a todos a se respeitarem. Disse para o Vereador Paulo que ele denunciou em Mutum e em Belo Horizonte, foi respeitado o direito dele, cabe também a ele respeitar o deferimento da denúncia, a decisão do Ministério Público. Se foi um que recebeu e outro que arquivou, deve reclamar no Ministério Público, não somos donos da verdade, convidou a todos respeitar o espaço do outro. Desculpou-se com os presentes e ouvintes. Nas considerações finais o Prefeito João Batista, disse para o Vereador Paulo com relação a denuncia ter acabado ou não, na última eleição, quando saiu o resultado, foram feito três denúncias contra eles, algumas pessoas saíram pelas ruas dizendo que não tomariam posse. Cada um tem sua sentença na cabeça, ele prefere guardar a sentença da justiça. Agradeceu a oportunidade, parabenizou a Casa pelos trabalhos, desejou um feliz natal e prospero ano novo e informou que a tão sonhada escola de doze salas que o município quer construir. Foi empenhada pelo Governo Federal (20%) são seiscentos mil, pleitearam quatro milhões. Não se sabe se vai dar tempo de construir no seu mandato. Mesmo com tantos desafios vale a pena lutar. Informou que foram empenhados cinco ônibus novos do Ministério da Educação. Informou que iria a Belo Horizonte assinar o contrato da compra dos caminhões, adquiriu via licitação seis caminhões novos. Três caminhões caçamba direcionou ao Nobre Vereador Dary, que sempre se preocupou quais seriam, continuou dizendo dois caminhões semelhantes ao do PAC2, um caminhão caçamba pequeno, um caminhão de lixo e um caminhão

meloso. Falou que iria realizar leilão dos carros velhos, iria encaminhar projeto de Lei a esta Casa e se necessário estaria convocando Extraordinária. O leilão seria no dia vinte de janeiro de dois mil e vinte. Agradeceu a Secretária da Educação, Senhora Sandra pelo empenho em favor dos servidores da educação, mesmo em meio a tantos desafios agradeceu os Vereadores pela aceitação aos projetos de lei. Encerrou sua fala agradecido com a oportunidade. O Vereador Dary solicitou a fala uma vez que foi citado, parabenizou Prefeito João Batista pela aquisição dos caminhões, seriam benéficos ao município. O Presidente Washington retomou a pauta, passou a reapresentação do Projeto de Lei nº 30, de 30 de outubro de 2019 que “Autoriza a reversão de imóvel doado onde funcionava a Escola Municipal José de Anchieta e dá outras providências” autoria do Executivo Municipal em regime de urgência, posto em discussão e votação única, aprovado pelos presentes com direito ao voto. Reapresentou o Projeto de Lei Complementar nº 33, de 21 de novembro de 2019 que “Aplica o piso salarial nacional do magistério da educação básica no âmbito do Município de Mutum e dá outras providências” autoria do Executivo Municipal em regime de urgência. Posto em discussão, o Vereador Eliezer manifestou que desejo seria que os professores recebessem retroativo, mediante estudo na comissão se ele apresentasse emenda no projeto estaria prejudicando os professores, porque a emenda não seria pertinente. Informou o Senhor Presidente que não seria cabível a emenda. O Vereador Eliezer disse que obteve informação que todo projeto é cabível de emenda, se não houvesse gastos altos por parte do Poder Executivo poderia pagar o retroativo. Manifestou sua alegria de que em 2020 os professores receberão o piso nacional. O Vereador Adir Fidelis se manifestou, disse que os professores teriam direito ao piso desde 2014, passarão a receber a partir de 2020. Participou do estudo na comissão, ouviu os representantes do Conselho, mas não ouviu toda a classe dos professores. A partir da aprovação deste projeto os professores perderão o direito de receber retroativo, a seu ver a proposta deveria ser melhor, pelo menos retroativo a 2019, votará favor com preocupação. Informou que havia oficiado a Secretária Sandra. Aparte para o Presidente Washington, que disse com a aprovação deste Projeto não estaria prejudicando os professores de receber o retroativo, conforme explicação na reunião da comissão pela Senhora Elsa do Setor da Fazenda e Gentil da Amadeus. Após explanações o Vereador Adir disse que não se lembrava da fala que

poderia pagar o retroativo, se manifestou feliz com a informação. O Vereador Carlos Henrique disse que se tratava de projeto de uma gigantesca importância, parabenizou o Prefeito, porque Mutum teria chegado onde todos queriam, manifestou sua alegria por participar deste ato. Defendeu a necessidade de que fosse analisada a situação dos motoristas, que estão com os salários defasados, manifestou em prol das cantineiras, que também precisam ser valorizadas no momento oportuno. Com relação ao retroativo confirmou a fala de Elsa e Gentil. O Presidente Washington manifestou sua alegria com a valorização da classe, colocou o Projeto de Lei em votação única, aprovado pelos presentes com direito ao voto. Reapresentou o Projeto de Lei nº 34, 21 de Novembro de 2019 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal conceder gratificação do FUNDEB aos profissionais do magistério e dá outras providências” autoria do Executivo Municipal em regime de urgência. Posto em discussão e votação única, aprovado pelos presentes com direito ao voto. Reapresentação do Projeto de Lei nº 39, de 29 de Novembro de 2019 que “Dispõe sobre denominação do Parque Infantil situado na Praça Raul Soares no Município de Mutum – MG e dá outras providências” autoria do Executivo Municipal em regime de urgência, com dispensa de parecer. Posto em discussão, os Vereadores Juarez e Nelia Eterna se manifestaram aplausivos com a presente matéria pela relevância da mesma. Posto em votação única, aprovada pelos presentes com direito ao voto. Fez-se leitura do Pedido de Providência de autoria do Vereador Reinaldo Luiz da Silva, solicitando “construir guaritas para atender aos alunos que aguardam ônibus escolar e demais usuários, nas seguintes localidades: -Duas na Vila Fênix, nas margens da Av Aurelino Paulino; - duas na Vila Capitão Fonseca, as margens da Av Raul Fonseca”. O autor Vereador Reinaldo, manifestou a necessidade da execução das solicitações, por serem de grande valia, considerou também que seria solicitação das pessoas que necessitam da benfeitoria. Os Vereadores Juarez Calixto e Dary Piloto se manifestaram reconhecendo a necessidade da presente solicitação. Posto em votação, aprovado pelos presentes com direito ao voto. Passou a leitura do Pedido de Providência de autoria do Vereador Carlos Henrique de Freitas Clemente, solicitando “Criar uma área de preservação ambiental com centro de convivência na área pública da zona urbana do Distrito de Humaitá confrontando-se com a Vila de Humaitá, Sra. Emilia e com Dona Luzia esposa do Sr José Teófilo”, o autor Vereador Carlos Henrique muito

bem defendeu a necessidade da presente solicitação que serviria para proteger contra as invasões e recuperar o solo degradado. Posto em votação, aprovado pelos presentes com direito ao voto. Nas Considerações Finais pronunciou com anuência do Plenário o Vereador Eliezer Vieira Machado Filho, disse que na sua função de Vereador, teria meses que estava solicitando documentos na prefeitura para fiscalizar o Prefeito, não teria conseguido. Por inúmeras vezes após o prazo vencido obteve resposta do que ele estava solicitando estava no site. Continuou dizendo que a maioria das solicitações não estava no site e as que constavam estavam totalmente desatualizadas. Gostaria que a gestão que se dizia transparente se mostrasse transparente. A Senhora Secretária se escondia por detrás de decisões equivocadas do Jurídico. Perguntou qual seria o problema em prestar informações. Que dificuldades teriam em dizer quem seriam os contratos do último trimestre. E quem seriam os concursados que passaram e não foram chamados. Mediante os fatos solicitou intervenção do Presidente Washington, ele o orientou que procurasse outros meios como a justiça comum. Como Vereador tem a obrigação de fiscalizar o Executivo. Solicitou a Mesa que convocasse a Secretária Ana Lúcia para prestar esclarecimentos para a população. Certo de que a verdade não iria ferir ninguém esperava êxito na difícil jornada. O Presidente Washington explicou para o Vereador Eliezer como teria acontecido a conversa entre eles. Não seria como ele mencionou, ele não o mandou procurar a justiça comum. Ele disse que a Secretária solicitou um tempo para conversar com o Jurídico. No dia seguinte lhe respondeu que o Jurídico confirmou que estava tudo no portal da transparência. O Presidente disse que conversou também com o Jurídico e este confirmou que havia acabado de abrir o portal estava tudo lá. Se fossem imprimir seriam novecentos e trinta páginas. Achava que o Vereador estava com dificuldades de consultar o portal da transparência, que procurasse os meios que melhor lhe atendesse. Encerrou dizendo que teria sido esta a resposta dada ao Nobre Colega. O Vereador Eliezer disse que teria feito um print, iria deixar com o Assessor Doutor Itamar. O Presidente Washington ressaltou a importância da veracidade das falas. Que ele procurasse os caminhos que lhes fossem de direito. O Vereador Eliezer disse que já estaria solicitando a Casa que convocasse a Secretária para prestar esclarecimentos, porque teria documento em mãos que comprova que o portal da transparência não é transparente. Respondeu o Presidente Washington que ele conhecia os

trâmites para convocação de Secretários, que ele procurasse o Jurídico e procedesse da forma correta. Pronunciou com anuência do Plenário o Vereador Juarez Calixto da Silva, que agradeceu a presença da Senhora Lizete Serrano nesta Casa e pelo bonito gesto. Pronunciou com anuência do Plenário Vereador Reinaldo Luiz solicitou providências do Executivo com a limpeza nas ruas de Ocidente. Nas considerações finais o Presidente Washington com a Soberania do Plenário, marcou a próxima Sessão que seria no dia vinte e cinco (25) de dezembro, para o dia dezessete (17) de dezembro, terça feira, horário regimental. Esgotado os assuntos pautados, agradeceu a presença e tolerância de todos. Informou que o áudio na íntegra desta sessão se encontrava publicado na página da Câmara www.camaramutum.mg.gov.br. Encerrou-se às 16:33 (dezesseis horas e trinta e três minutos) sob a proteção de Deus, chamada final, presente todos relacionados no início desta sessão. E eu Reinaldo Luiz da Silva, Secretário, lavrei a presente ata, que após, lida, e, se, aprovada, deverá ser assinada pelo Senhor Presidente e demais Vereadores. Plenário Joaquim Teixeira Pinto aos quatro dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezenove.